INTERESSE NACIONAL

ANO 12 • NÚMERO 48 • JANEIRO – MARÇO 2020 • R\$ 30,00 www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

O Centro Democrático no Brasil: Oportunidades e Desafios

Fernando Luiz Abrucio

São Paulo e o Brasil: Juntos para Crescer em 2020

Perspectivas Políticas e Econômicas para 2020: a Visão do Partido Novo

> João Dionisio Amoêdo Christian Lohbauer

Anos 2020, Antecedentes e Agendas
Paulo Hartung

Brasil e Argentina: Para Onde Vai a Relação?

Ricardo Markwald

Sergio Fausto

Acordo de Associação Mercosul e União Europeia: Perspectivas e Desafios

Rubens Barbosa

América do Sul, Venezuela e o Day After Maduro

José Botafogo Gonçalves Ariane Costa





"O **IRICE** é um *think thank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional"

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente





INTERESSE NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 12 • Número 48 • Janeiro-Março de 2020

Editora Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa
CONSELHO EDITORIAL

André Singer Carlos Eduardo Lins da Silva

Cláudio Lembo

Claudio de Moura Castro

Cláudio R. Barbosa

Daniel Feffer

Demétrio Magnoli

Eugênio Bucci Gabriel Cohn

João Geraldo Piquet Carneiro

Joaquim Falcão

José Gregori

José Luis Fiori

Leda Paulani

Luis Fernando Figueiredo

Luiz Bernardo Pericás

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Miguel Lago

Raymundo Magliano

Renato Janine Ribeiro

Ricardo Carneiro

Ricardo Santiago

Ronaldo Bianchi

Roberto Livianu

Roberto Pompeu de Toledo

Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social. Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B

01452-000 • São Paulo • SP · Brasil

Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL
Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2020

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

Sumário

ANO 12 • NÚMERO 48 • JANEIRO-MARÇO DE 2020

Apresentação

ARTIGOS

O Centro Democrático no Brasil: Oportunidades e Desafios

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

O sucesso do centro depende de sua capacidade de estar antenado com as grandes questões do século 21, como a agenda ambiental, o problema dos que estão estruturalmente fora do mundo do trabalho, a qualidade de vida dos idosos (numa população crescentemente mais velha), a relação entre cultura/tecnologia e juventude, a proteção das minorias sociais, o apoio ao empreendedorismo, defender uma gestão pública moderna (eficiente, efetiva e democrática) e a construção de um novo modelo educacional. O autor cita, entre as oportunidades do Centro Democrático: um patamar inicial de um terço dos eleitores; papel de barreira contra os males do bolsonarismo; construir um programa de governo com sólidas bases técnicas e políticas, diferentemente do que o bolsonarismo tem proposto para a maioria dos setores governamentais; possibilidade de construir uma estratégia para ser o "novo" na eleição de 2022. O maior desafio do cen-

tro é o de recuperar a confiança da população em torno de uma mudança positiva do país, em vez de um projeto marcado pela revanche, pelo ódio e pelo medo, que foram os sentimentos que elegeram Bolsonaro, diz o autor.

14 São Paulo e o Brasil: Juntos para Crescer em 2020 João Doria

"O novo PSDB está decidido a manter o protagonismo que conquistou nas eleições municipais de 2016 e buscará alianças com legendas que compartilhem nossos ideais", diz o governador paulista. Com o sucesso da agenda liberal, é de se esperar que partidos que defendam o novo modelo protagonizem as eleições para prefeito e vereador em 2020. Com a economia em recuperação gradual, é pouco provável que o eleitorado aprove um cenário de ultrapolarização como em 2018, acrescenta. "Extremismos e radicalismos de qualquer espectro ideológico poderão ameaçar não apenas a continuidade das reformas, mas a própria manutenção do viés de alta da economia brasileira. O PSDB tem ciência de sua responsabilidade no atual cenário e optou pelo centro democrático, sempre aberto ao diálogo e ao debate construtivo, mas rejeitando totalmente qualquer extremo ideológico."

17 Perspectivas Políticas e Econômicas para 2020: a Visão do Partido Novo João Dionisio Amoêdo

CHRISTIAN LOHBAUER

Os autores, fundadores do Partido Novo, entendem que é preciso fazer política de forma diferente. O principal diferencial do Novo está em ser uma instituição, fiel ao seu estatuto, aos seus princípios e seus valores, sendo a sua imagem seu principal ativo, o mandato, o produto, e o cidadão, o cliente. "Esse é, no nosso entender, o caminho para não nos transformarmos em apenas mais uma legenda, que se serve do cidadão para aparelhar o Estado e dele se utiliza para se perpetuar no poder", escrevem. Cerca de 55 cidades deverão definir candidaturas a prefeitos e vereadores pelo Partido Novo, em 2020. Até março, candidatos serão selecionados pelo método de seleção feita por empresa externa e avaliação de pré--candidatos para que os diretórios municipais e estaduais possam endossá-los.

21 Anos 2020, Antecedentes e Agendas PAULO HARTUNG

Os tempos próximos e futuros requerem dos agentes políticos formular um renovado modus operandi. Estamos lidando com a estrutura do ultrapassado. Ao mesmo tempo, somos demandados a construir o novo que não se sabe o que será. Para Hartung, a economia brasileira deve continuar sua retomada, porém ainda muito

dependente das reformas estruturantes em curso. Em 2020, as eleições municipais terão uma nova regra com o fim das coligações proporcionais, o que, na prática, significa que será levada em conta a votação de cada legenda. "Vejo uma excelente oportunidade para aprofundar o debate de questões locais, como mobilidade urbana, modernização e conectividade das cidades e, até mesmo, regularização fundiária, tema central para legalizar propriedades em comunidades e melhorar a vida de moradores das favelas."

27 Brasil e Argentina: Para Onde Vai a Relação?

RICARDO MARKWALD

Sergio Fausto

Ao presidente Jair Bolsonaro e ao novo presidente argentino, Alberto Fernández, interessou até aqui investir no acirramento retórico e na polarização política. "Se para Fernández isso o ajuda a acumular capital simbólico junto à ala da coalizão peronista mais alinhada com Cristina Kirchner, para Bolsonaro reforça um elemento central de sua narrativa: há uma orquestração da esquerda latino-americana para voltar ao poder na região e só ele poderá detê-la", ponderam os autores. Segundo eles, "essa retórica não desaparecerá, mas tende a ceder lugar ao pragmatismo. O equilíbrio, porém, será instável. A recuperação da economia brasileira está em curso e o País é essencial para alavancar as vendas externas de importantes setores industriais argentinos. A recuperação da economia argentina também interessa ao Brasil, em particular à indústria. Entre as causas da lenta retomada da economia brasileira em 2019, está a recessão na Argentina, que afeta duramente as exportações industriais brasileiras."

33 Acordo de Associação Mercosul e União Europeia: Perspectivas e Desafios

RUBENS BARBOSA

Além de chamar a atenção para a relevância e o impacto para o comércio exterior brasileiro do capítulo sobre desenvolvimento sustentável do acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, o autor destaca a importância de começar logo a identificação dos desafios para os produtos brasileiros terem acesso ao mercado europeu: melhora na competitividade e incorporação de inovação tecnológica. Para aproveitar as preferências tarifárias recebidas e para manter a participação no mercado interno, os produtos industriais deverão melhorar significativamente sua competitividade e passar a receber um tratamento isonômico em relação ao produzido em outros países. Sem que isso ocorra, será difícil competir no mercado europeu com produtos importados de outras áreas, como EUA, China e Coreia. A União Europeia vai abrir seu mercado com tarifa zero de imediato para 75% de suas importações e mais 10% em quatro anos. Em dez anos, 100% do mercado europeu estará aberto com tarifa zero. "Não se pode esperar dez anos para colocar a casa em ordem e aprovar reformas, como a tributária, a do Estado e a da estrutura tarifária interna."

37 América do Sul, Venezuela e o *Day After* Maduro

José Botafogo Gonçalves

Ariane Costa

O que ocorrerá após a queda de Nicolás Maduro? Mesmo sem bola de cristal, é possível afirmar que o day after do país vai depender, principalmente, de três variáveis, segundo os autores: i) o papel do petróleo na economia do país, ii) a relação com os Estados Unidos da América; e iii) a decisão de se desvincular gradualmente de suas conflitivas opções ideológicas e orientar suas forças econômicas, comerciais e políticas com o Mercosul, do lado do Atlântico, e com a Aliança do Pacífico, do lado do Pacífico. "A Venezuela pós-Maduro necessitará de ajuda externa em grandes proporções. Atualmente, sua população encontra-se dividida em diferentes países: Colômbia, Argentina, Chile, Brasil, Espanha, Estados Unidos, dentre outros. Certamente, um problema psicossocial que marcará as próximas gerações de cidadãos venezuelanos. No âmbito econômico, hiperinflação, perda de divisas, a maior taxa de desemprego da história, pobreza extrema e racionamento de bens básicos são marcas que necessitarão de apoio estrangeiro e o retorno da sua mão de obra qualificada para uma recuperação que, ainda assim, tardará décadas", conclui o artigo.

Apresentação

sta edição analisa as perspectivas do País para 2020, quando as eleições municipais serão uma espécie de preliminar para a reorganização das forças políticas rumo a 2022.

Haverá acirramento da polarização entre a direita e a esquerda? Qual será o papel do centro democrático na disputa eleitoral? Como as posições no espectro político se preparam para a batalha pelas prefeituras? Em ano eleitoral quais são as chances de o Congresso aprovar as reformas do governo Bolsonaro?

O artigo de abertura é do cientista político Fernando Luiz Abrucio, professor da FGV-SP, que detalha os desafios e as oportunidades do centro democrático no Brasil em 2020 e em 2022, ano de eleições gerais.

"A ascensão de um modo polarizado de se fazer política é obra construída basicamente pelas forças de extrema-direita. Por isso, o maior perigo vem dos nacionalismos direitistas, que atacam pilares de democracia e querem aumentar o protecionismo econômico. É preciso apoiar as forças centristas – e seus aliados – na luta contra esses possíveis retrocessos no mundo, mas, ao mesmo tempo, deve-se admitir o fracasso de um estilo político que não soube se renovar em termos de propostas e forma de fa-

zer política. Será preciso convencer os cidadãos da importância da moderação para o jogo democrático. Porém, é preciso entender as demandas da população que não estão sendo atendidas, particularmente a sensação de que a desigualdade entre as pessoas e os grupos sociais se tornou grande demais, dentro das nações e no plano global", escreve Abrucio.

"O centro tem de mostrar, mais explicitamente, seu papel de barreira contra os males do bolsonarismo. Para tanto, precisa evitar as crises, agindo de forma moderadora, mas tem de falar mais alto contra os desvarios do governo e aliados. Não basta ser visto como o "mocinho bonzinho da história". É fundamental mostrar-se como alternativa, e o presidente oferece essa chance ao centro constantemente", afirma.

O governador de São Paulo, João Doria, do PSDB, defende as reformas econômicas do governo Bolsonaro, manifesta-se favorável ao "debate construtivo", mas rejeita totalmente qualquer extremo ideológico. "Extremismos e radicalismos de qualquer espectro ideológico poderão ameaçar não apenas a continuidade das reformas, mas a própria manutenção do viés de alta da economia brasileira."

De acordo com Doria, "em 2020, a acele-

ração do crescimento de São Paulo e do Brasil está diretamente ligada à continuidade das reformas estruturais da máquina estatal. Agora, o país aguarda o avanço das reformas administrativa e tributária da União, além do novo pacto federativo que dará mais autonomia financeira aos governos estaduais e municipais. Em um cenário ideal, todas essas propostas deverão ser aprovadas até o final do primeiro semestre. Com o sucesso da agenda liberal, é de se esperar que partidos que defendam o novo modelo protagonizem as eleições para prefeito e vereador em 2020. Com a economia em recuperação gradual, é pouco provável que o eleitorado aprove um cenário de ultrapolarização como em 2018", analisa o tucano.

s fundadores do Partido Novo, João Amoêdo e Christian Lohbauer, dizem que "em 2020, não poderemos esperar por avanços expressivos se não entendermos a importância e a necessidade de fazermos política de forma diferente. A velocidade da recuperação econômica e os avanços políticos serão diretamente proporcionais a uma renovação não só de nomes, mas de conceitos e de atitudes. É o modelo que está errado e os políticos que temos não farão as reformas necessárias, pois são direta e fartamente beneficiados por ele. A demanda constante de cada vez mais recursos públicos para financiamento de campanhas eleitorais, pelas legendas tradicionais, explicita o esgotamento deste modelo e a baixíssima representatividade que eles detêm junto ao eleitor (...), mas a maior dificuldade para a renovação ainda é a escassez de pessoas de fora da política dispostas a ingressar no meio público".

O ex-governador do Espírito Santo, atual presidente-executivo do Ibá (Indústria Bra-

sileira de Árvores) e membro do conselho do Todos Pela Educação, Paulo Hartung, prevê para 2020 que a economia deve continuar sua retomada, porém ainda muito dependente das reformas estruturantes pelas quais o Brasil está passando. "Por isso, existe a necessidade de desenvolver parceria com o setor privado, de modo a estimular investimentos, geração de emprego e renda, desta maneira reativando o dinamismo econômico em nossa sociedade." Hartung destaca que as eleições municipais terão uma nova regra com o fim das coligações proporcionais, o que, na prática, significa que será levada em conta a votação de cada legenda. "Vejo uma excelente oportunidade para aprofundar o debate de questões locais, como mobilidade urbana, modernização e conectividade das cidades e, até mesmo, regularização fundiária, tema central para legalizar propriedades em comunidades e melhorar a vida de moradores das favelas."

Para Hartung, "é preciso mudar a vocação de nosso Estado, fazendo de suas principais potencialidades não a promoção de privilégios e desigualdades, mas a indução de prosperidade para todos".

A edição também focaliza os desafios e as oportunidades nas relações Brasil-Argentina com o novo governo do presidente peronista Alberto Fernández. Bolsonaro e Fernández trocaram farpas antes da posse do argentino, em dezembro. O economista Ricardo Markwald, da Funcex, e o cientista político Sergio Fausto, diretor geral da Fundação FHC, escrevem: "A paciência estratégica do Brasil poderá ser produto não da convicção quanto à importância do Mercosul, mas do cálculo político de um presidente interessado em se reeleger. A provável desaceleração da agenda de reformas no Congresso tampouco deixará de afetar a

disposição do empresariado quanto ao ritmo da abertura da economia. Por fim, não se deve subestimar o peso da corporação militar em decisões que ultrapassam a esfera da economia. Na visão das Forças Armadas, a Argentina é mais do que um parceiro comercial".

Para os autores, "o fato de que o mais provável seja a permanência do Brasil não significa que o futuro do Mercosul esteja assegurado".

O Mercosul também é o tema de Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), ex-embaixador em Londres e Washington. Ele analisa o acordo de associação entre o bloco sul-americano e a União Europeia (UE) assinado em 2019, depois de 20 anos de negociação.

"Será importante que governo e setor privado atuem conjuntamente, pois é objetivo comum gerar a confiança para a volta do investimento, o que traria crescimento da economia e redução do desemprego. O acordo com a UE, assim como a entrada na OCDE, forçará governo e setor privado a trabalhar com o Congresso Nacional para a aprovação da legislação de forma a tirar o Brasil do atraso em que se encontra, sobretudo em termos tecnológicos", diz Barbosa.

Para ele, "não se pode esperar dez anos para colocar a casa em ordem e aprovar reformas, como a tributária, a do Estado e a da estrutura tarifária interna. A aprovação da reforma trabalhista e a da previdência social foram avanços importantes no caminho da modernização do Estado. Faz-se necessário um amplo programa de desburocratização, de simplificação e facilitação de negócios e de melhoria na logística (portos, estradas, ferrovias), a fim de reduzir o chamado custo Brasil. Esse ônus para as empresas chega a mais de 30%, com o custo de 22% do PIB, e torna o produto nacional pouco competitivo".

O vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), o diplomata José Botafogo Gonçalves, e a coordenadora de Projetos da Fundação Konrad Adenauer, Ariane Costa, examinam as perspectivas para a Venezuela após a saída de Nicolás Maduro. "Mesmo sem bola de cristal é possível afirmar que o day after do país vai depender principalmente de três variáveis, a saber: i) o papel do petróleo na economia do país, ii) a relação com os Estados Unidos da América; e iii) a decisão de se desvincular gradualmente de suas conflitivas opções ideológicas e orientar suas forças econômicas, comerciais e políticas com o Mercosul, do lado do Atlântico, e com a Aliança do Pacífico, do lado do Pacífico. Especificamente, retomar os planos originais de transformar a Venezuela em ofertante de energia elétrica para todo o Norte do Brasil, não apenas de Roraima, é um horizonte especialmente importante no exercício de pensar o day after Maduro", concluem os autores.

OS EDITORES

O Centro Democrático no Brasil: Oportunidades e Desafios

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

eleição de 2018 ficou marcada por dois fenômenos: a consagração da polarização na eleição presidencial, com a vitória de Jair Bolsonaro, o candidato mais radical, e a fragorosa derrota dos presidenciáveis mais ao centro, algo que se somou à redução do tamanho dos partidos centristas no Congresso Nacional. Para os bolsonaristas, era o triunfo da "nova política" contra a "velha política". Passado um ano de mandato, o cenário se modificou: um governo atribulado e descoordenado politicamente foi salvo por lideranças centristas, que foram fundamentais para evitar que o país entrasse numa crise profunda, garantindo algumas reformas no Congresso e ajudando a segurar os ímpetos autoritários da família presidencial e de aliados – neste último caso, junto com a mídia, o STF e importantes setores da esquerda.

Uma forma bem sintética de definir a si-

FERNANDO LUIZ ABRUCIO é doutor em Ciência Política pela USP, professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo da FGV-SP e atualmente é pesquisador visitante no MIT (Massachusetts Institute of Technology). Ganhador do Prêmio Moinho Santista como melhor jovem cientista político brasileiro (2001) e vencedor por duas vezes do Prêmio Anpad de melhor trabalho em Administração Pública no Brasil (1998 e 2003). Tem uma coluna no jornal Valor Econômico (República) e um Programa na rádio CBN (Discuta, São Paulo).

tuação atual do centro no Brasil seria a seguinte frase: um dos principais esteios do jogo político democrático, mas incapaz de vencer a eleição nacional. Mas, isso não é uma anomalia. Trata-se de um fenômeno que se repete em outros países, onde visões mais polarizadas do processo político têm gerado o crescimento de novos populismos, sobretudo de direita. O fato é que desde a crise de 2008 o establishment político então dominante, mescla de grupos de centro-direita e centro-esquerda, vem perdendo fôlego em muitas nações.

A ascensão de um modo polarizado de se fazer política é obra construída basicamente pelas forças de extrema-direita. Por isso, o maior perigo vem dos nacionalismos direitistas, que atacam pilares de democracia e querem aumentar o protecionismo econômico. É preciso apoiar as forças centristas – e seus aliados – na luta contra esses possíveis retrocessos no mundo, mas, ao mesmo tempo, deve-se admitir o fracasso de um estilo político que não soube se renovar em termos de propostas e forma de fazer política. Será preciso convencer os cidadãos da importância da moderação para o jogo democrático. Porém, é preciso entender as demandas da população que não estão sendo atendidas, particularmente a sensação de que a desigualdade entre as pessoas e os grupos sociais se tornou grande demais, dentro das nações e no plano global.

Mostrar esse cenário mais amplo é fundamental para compreender que o lugar de um centro democrático no Brasil tem de ir além de sua postura de equilíbrio frente à polarização. Ter a moderação como forma de atuação é uma condição necessária, mas não suficiente, para a reconstrução do centrismo. Esse projeto só terá sucesso se houver uma agenda clara, que enfrente os problemas que afetam os cidadãos e apresente soluções criativas e críveis para resolvê--los. No caso brasileiro, há três grandes temas que devem orientar o centro: democracia, desenvolvimento e desigualdade - os 3 Ds que devem ser a bússola para quem quiser, simultaneamente, conquistar o eleitor e melhorar o país.

O centro, desse modo, precisa, antes de mais nada, ser visceralmente democrático, evitando os radicalismos, respeitando e dialogando com todos os espectros políticos, além de defender o liberalismo político e a soberania popular. Em contraposição aos novos extremismos, partidos centristas devem propor políticas governamentais baseadas em evidências científicas para todos os setores, como Economia, Educação, Meio Ambiente, Segurança Pública, Combate à Desigualdade, para ficar nos principais. Não adianta se colocar como garantidor da racionalidade econômica e ignorar equívocos ambientais ou apoiar visões moralistas como base para decisões educacionais ou para alterar modelos penais. Seguir o "espírito de manada", sobretudo o que se manifesta com ódio nas redes sociais, não é a melhor maneira de se aproximar do povo.

Em termos de governança, é preferível apoiar um modelo mais incrementalista do

que maximalista, defendendo posições que suponham reformas ao longo do tempo, em vez de mudanças drásticas lastreadas em ideologias fundamentalistas (tais como "o mercado nos salvará" ou o "governo pode tudo"). Além disso, o centrismo tem sido tachado, desde a crise de 2008, de elitista. Essa percepção social só se modificará se o centro se aproximar dos problemas cotidianos dos cidadãos, principalmente das camadas mais pobres da população, majoritárias no Brasil.. Políticos de centro não podem se trancar nos partidos, como têm feito nos últimos 20 anos.

Qual a capacidade do centro para agendas do século 21?

Sucesso do centro depende de sua capacidade de estar antenado com as grandes questões do século 21, como a agenda ambiental, o problema dos que estão estruturalmente fora do mundo do trabalho, a qualidade de vida dos idosos (numa população crescentemente mais velha), a relação entre cultura/tecnologia e juventude, a proteção das minorias sociais, o apoio ao empreendedorismo, defender uma gestão pública moderna (eficiente, efetiva e democrática) e a construção de um novo modelo educacional.

Claro que para mirar o futuro é necessário lutar contra os dois principais legados negativos do país: a ponte que liga a escravidão à desigualdade e o patrimonialismo que torna o Estado um terreno privado das elites políticas e econômicas. Sem superar esses dois obstáculos, os processos de modernização no Brasil serão sempre inacabados e, pior, capazes de serem revertidos.

Finalizando essa agenda, é preciso recuperar a imagem internacional do Brasil, arranhada profundamente no último ano, para

que possamos optar pelo uso do soft power e da cooperação internacional como instrumentos necessários para aumentar o potencial do desenvolvimento brasileiro. Aqui, o centro tem um papel fundamental de criticar a atual radicalização da política externa, para evitar o isolamento do país no front externo.

Feitos o diagnóstico e o prognóstico, fica a pergunta no ar: é possível construir esse centro no Brasil de hoje? Não se trata de uma tarefa fácil, com garantias de êxito. Mas, é possível vislumbrar quais são as oportunidades e os desafios no meio desse caminho.

Em linhas gerais, há cinco oportunidades colocadas para o crescimento do centro. Em primeiro lugar, a visão política centrista pode ter um patamar inicial de um terço dos eleitores, caso consiga consolidar sua imagem de moderação, afastando-se de quaisquer radicalismos, e se conseguir montar uma agenda propositiva, como exposta anteriormente, principalmente se apresentar uma proposta criativa e crível (política e tecnicamente) de se buscar os 3 Ds como objetivo. Trata-se de um ponto de partida eleitoral bastante positivo.

Segunda oportunidade: o governo Bolsonaro tem sido radical e descoordenado, gerando problemas a todo momento, o que reduz a estabilidade política e econômica do país. Além disso, o radicalismo de certas propostas bolsonaristas, como na área de violência e no relacionamento com a sociedade civil, resulta numa situação de guerra permanente e ódio entre brasileiros. Não há, por ora, nenhum sinal de que esse modelo de governança vá mudar. Assim, o centro tem de mostrar, mais explicitamente, seu papel de barreira contra os males do bolsonarismo. Para tanto, precisa evitar as crises, agindo de forma moderadora, mas tem de falar mais alto contra os desvarios do governo e aliados. Não basta ser visto como o "mocinho bonzinho da história". É fundamental mostrar-se como alternativa, e o presidente oferece essa chance ao centro constantemente.

As últimas eleições presidenciais foram marcadas ou pela apresentação de programas que foram rasgados depois da posse, ou pela defesa de ideias que não encontram embasamento nas evidências científicas e tampouco no aprendizado de políticas públicas que o país teve desde a redemocratização. O centro pode mudar essa trajetória, que tanto mal tem feito ao Brasil, se construir um programa de governo com sólidas bases técnicas e políticas, diferentemente do que o bolsonarismo tem proposto para a maioria dos setores governamentais. Essa é uma oportunidade que deverá ser finalizada até a eleição de 2022, mas as lideranças centristas precisam começar agora a montar e a mostrar, paulatinamente, um diagnóstico e um prognóstico bem fundamentados sobre os principais temas brasileiros, diferenciando--se de forma objetiva, e não meramente ideológica, do governo Bolsonaro.

A quarta oportunidade que bate à porta do centro são as eleições municipais de 2020. Este será o primeiro teste eleitoral pós-2018, tocando em temas práticos e cotidianos dos cidadãos que vivem nas cidades. Ideologias gerais, propostas de luta "do bem contra o mal" e outras formas polarizadas de fazer política têm menos espaço em disputas locais. Se as forças políticas centristas se organizarem para apresentar propostas criativas e críveis de melhorar a vida dos brasileiros em suas localidades, elas ganharão votos e confiança da sociedade.

Soma-se esse contexto da eleição municipal à desorganização partidária do bolsonarismo, que irá concorrer mais dividido e sem a imagem de novidade que vendeu ao eleitorado em 2018. As forças mais à esquerda certamente vão crescer, mas elas também estão divididas e não têm a mesma capilaridade dos partidos do centro.

Se os partidos mais ao centro tiverem um bom resultado eleitoral em 2020, mesmo que continuem fazendo o papel do "mocinho bonzinho" que salva o país dos erros do bolsonarismo, eles se tornarão imediatamente o principal alvo político do presidente Bolsonaro. O fato é que a segunda metade do mandato presidencial tende a priorizar ainda mais a agenda eleitoral governista e se tornar mais sectário. As forças centristas precisam prestar mais atenção nos primeiros passos da Aliança Pelo Brasil: trata-se uma proposta partidária mais hegemonista do que a do PT em seu auge político.

Estratégia para ser o "novo" na eleição de 2022

or isso, o período posterior às eleições municipais abre uma quinta oportunidade ao centro: será a hora de, depois de atuar em nome da estabilidade do país e fazer reformas, diferenciar-se mais ainda do governo, tendo a possibilidade de construir uma estratégia para ser o "novo" na eleição de 2022. Vale notar que em 2018 o centro era a "velha política" e o antipetismo a força motriz do processo eleitoral. Na próxima disputa presidencial, o status quo será o bolsonarismo, que não poderá mais se comportar como *outsider* e se tornará o adversário a ser batido. O centro ainda não percebeu bem essa mudança e terá um tempo, sobretudo ao longo de 2020, para se preparar politicamente para esse novo cenário.

O aproveitamento dessas oportunidades, no entanto, passa pela capacidade de enfrentar cinco desafios. O primeiro é não ser confundido e morrer amarrado junto com o governo Bolsonaro. Quanto antes o centro acentuar suas diferenças frente ao bolsonarismo, de método de fazer política e de agenda para o país, mais chances terá de ser uma força política decisiva e com reais chances eleitorais. Caso se atrase neste processo, a polarização esquerda-(extrema)direita comandará a próxima eleição presidencial.

O segundo desafio é não se dividir demais ao longo dessa trajetória. Algum grau de divisionismo, até por questões regionais, é natural que ocorra. Mas, apressar a escolha de nomes ou criar falsos embates entre líderes centristas é tudo o que o bolsonarismo deseja. Um direcionamento mais claro só deve acontecer na segunda metade de 2021, optando-se por aquele que tiver maior chance de representar um projeto centrista e tiver capacidade de propor isso como mudança e novidade ao eleitorado.

É fundamental ressaltar aos líderes de centro que eles não têm a menor chance de ganhar sozinhos a eleição de 2022. Aliás, é praticamente certo que será uma disputa em dois turnos. Dessa maneira, um terceiro desafio é a necessidade de ampliar apoios, tanto para a direita como, sobretudo, para setores da esquerda, algo que vai exigir olhar mais para o futuro e se desvencilhar de debates passados e atritos recentes. A geometria das preferências eleitorais e das alianças partidárias será diferente na próxima disputa presidencial, e o centro terá de dialogar mais com as forças contrárias ao bolsonarismo, seja em termos partidários, seja com outros atores sociais.

O quarto desafio reside na capacidade de montar uma nova agenda, baseada em evidências científicas e numa visão equilibrada do mundo, evitando o efeito manada das redes sociais. O centro ficou muito encantado no período recente com ideias que não têm

12 INTERESSE NACIONAL - JANEIRO - MARÇO DE 2020

embasamento técnico e com simplismos moralistas. Essa onda de revolta com o sistema político, iniciada em 2013, começa a cansar grande parte dos eleitores, que querem, ao fim e ao cabo, resultados práticos. É por isso que a única chance de o bolsonarismo reeleger-se está na economia, onde há um pouco mais de racionalidade, enquanto as ações na Educação, Meio Ambiente e outras áreas só tirarão votos do presidente.

Por fim, o maior desafio do centro é o de recuperar a confiança da população em torno de uma mudança positiva do país, em vez de um projeto marcado pela revanche, pelo ódio e pelo medo, que foram os sentimentos

que elegeram Bolsonaro. A próxima eleição pode ser orientada por um sentimento de esperança, mas isso vai depender do que o centro fizer daqui para diante. Ele pode manter-se muito aferrado ao passado, organizando-se em torno de políticos fisiológicos e de discursos antigos, ou pode apontar com sabedoria para o futuro, com uma agenda ampla de transformação do país sem pretender destruir o sistema político, como, por vezes, o bolsonarismo propõe. Será que as lideranças de centro serão capazes de se colocar como o novo na política, de uma forma criativa e crível? Disso dependerá o sucesso desse grupo político no Brasil.

São Paulo e o Brasil: Juntos para Crescer em 2020

JOÃO DORIA

Brasil dá sinais claros de que está começando a se recuperar da mais longa e grave recessão econômica de sua história. O país ainda sofre os efeitos do cenário de devastação deixado pelos governos do PT, mas a estagnação já não é mais uma realidade. Paulatinamente, a letargia que assolou a economia nacional por toda a segunda metade da última década vai ficando para trás.

A opção pela agenda econômica reformista e liberal foi feita pelos brasileiros nas eleições de 2018, quando o desastroso legado da esquerda acabou rechaçado tanto no plano federal quanto na maioria dos estados. Com muito orgulho, posso dizer que o Governo de São Paulo está cumprindo à risca a vontade popular expressa soberanamente pelo voto.

São Paulo teve papel fundamental e decisivo no processo de retomada do crescimento brasileiro em 2019, ajudando o país a consolidar a economia liberal como nova matriz de desenvolvimento. Nosso estado liderou a criação de novos empregos no país. Foram 277.826 postos de trabalho formal de janeiro a outubro. O número obtido em São Paulo equivale a quase 40%

João Doria é governador do Estado de São Paulo

de todos os empregos de regime celetista criados no Brasil no mesmo período.

Criamos polos de desenvolvimento em todas as regiões do estado para dar ainda mais robustez à economia do interior e do litoral. Incentivamos a modernização da indústria automobilística por meio de um programa que premia com redução tributária investimentos a partir de R\$ 1 bilhão e geração de ao menos 400 novos empregos. Também cortamos impostos do setor aéreo, o que viabilizou a criação de 706 voos regionais, nacionais e internacionais - batizado de São Paulo Pra Todos. O programa deve gerar até 60 mil novos postos de trabalho com o incremento de opções de voo e a expansão dos setores de turismo e serviços.

O agronegócio paulista também foi beneficiado pela estratégia de cortes tributários para impulsionar a produção e a empregabilidade no campo. Logo no início de 2019, nosso governo zerou a cobrança de ICMS sobre frutas, verduras e legumes higienizados e embalados. Mais recentemente, também cortamos pela metade a alíquota de ICMS da indústria de calçados. Com menos custos fiscais, as empresas ganham fôlego para aumentar vendas e empregar mais funcionários para atender à demanda.

Montamos um agressivo programa de

desburocratização e de desestatização que foi apresentado a investidores de todo o mundo em missões internacionais. São 21 grandes projetos para áreas estratégicas como logística, transportes e mobilidade urbana, com previsão estimada de R\$ 40 bilhões em novos investimentos para São Paulo. Retomamos obras públicas paradas. O conjunto de ações do governo do Estado foi determinante para que a economia paulista encerrasse 2019 com crescimento de 1,9%, segundo a Fundação Seade - praticamente o dobro do estimado para o Brasil. Os números são inequívocos em relação ao êxito de nossa gestão no fomento à economia e geração de empregos.

Em 2020, a aceleração do crescimento de São Paulo e do Brasil está diretamente ligada à continuidade das reformas estruturais da máquina estatal. Agora, o país aguarda o avanço das reformas administrativa e tributária da União, além do novo pacto federativo que dará mais autonomia financeira aos governos estaduais e municipais. Em um cenário ideal, todas essas propostas deverão ser aprovadas até o final do primeiro semestre.

O último mês de dezembro deu novo fôlego para a defesa da atual agenda econômica. Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontaram crescimento de 0,6% no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no terceiro trimestre de 2019. Ainda está longe do ideal, mas o índice de crescimento de atividade econômica foi muito melhor que o esperado pelo mercado. De acordo com um ranking elaborado pelo jornal "O Globo" com dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e da agência Bloomberg, o desempenho da economia brasileira entre julho e setembro foi o décimo melhor em uma lista de 36 países. Após duríssimos anos de recessão, a retomada do crescimento já faz parte da realidade do país.

O otimismo do mercado em relação ao Brasil aumentou. Análises divulgadas por grandes bancos internacionais apontam que o país poderia fechar 2019 com crescimento real de 0,9% e viés de alta ainda maior para 2020 - os mais ousados apostam em uma taxa de até 2,5%. E os setores que reaquecem a economia brasileira estão diretamente ligados a investimentos da iniciativa privada.

Melhora da economia está ligada à agenda liberal e reformista

**** uito embora o IBGE ainda aponte estagnação nos setores de indústria de transformação (-0,2%) e de transportes (-0,1%), houve incrementos robustos em comunicação (3,8%), setor imobiliário (2,5%), eletricidade e saneamento (2,8%), construção (1,7%), comércio (1,6%) e agronegócio. A realidade mostrada pelos números é implacável e atesta que a melhora na economia brasileira está diretamente ligada à nova agenda liberal e reformista. Em vez da expansão suicida de gastos públicos, o novo modelo econômico é impulsionado por investimentos privados nacionais e estrangeiros. Menos Estado, mais privado. É este o caminho que vai reconstruir o Brasil e que adotamos em São Paulo com excelente desempenho ao longo de todo o ano passado.

Com o sucesso da agenda liberal, é de se esperar que partidos que defendam o novo modelo protagonizem as eleições para prefeito e vereador em 2020. Com a economia em recuperação gradual, é pouco provável que o eleitorado aprove um cenário de ultrapolarização como em 2018.

Extremismos e radicalismos de qualquer espectro ideológico poderão ameaçar não apenas a continuidade das reformas, mas a própria manutenção do viés de alta da economia brasileira. O PSDB tem ciência de sua responsabilidade no atual cenário e optou pelo centro democrático, sempre aberto ao diálogo e ao debate construtivo, mas rejeitando totalmente qualquer extremo ideológico.

Nas eleições de 2016 e 2018, tive a honra de representar o PSDB em São Paulo em grandes vitórias nas urnas sobre o PT. Há quatro anos, fomos o partido que mais cresceu nas eleições municipais. Elegemos 803 prefeitos em cidades que somavam população superior a 30 milhões de habitantes e impusemos derrotas à esquerda até mesmo no ABC paulista, outrora considerado um "cinturão vermelho". Nas eleições de 2020, a meta é aumentar ainda mais o número de prefeitos e vereadores do PSDB, sempre em defesa de uma economia liberal forte, com pleno emprego e aumento de renda para a população, cabendo ao poder público investir pesadamente no que é essencial: saúde, educação, segurança pública e habitação popular.

PSDB busca agregar mais jovens e mulheres

Tenho me desdobrado para conciliar minhas obrigações como governador de São Paulo à agenda de renovação do PSDB. Estamos buscando agregar o maior número possível de jovens e de mulheres em nossos quadros. A juventude traz mentalidade no-

va e frescor à política, e a sensibilidade das mulheres é decisiva para manter o equilíbrio tão necessário ao partido. O novo PSDB está decidido a manter o protagonismo que conquistou nas eleições municipais de 2016 e buscará alianças com legendas que compartilhem nossos ideais.

Na capital paulista, o prefeito Bruno Covas é nosso candidato à reeleição. Encabecei a chapa que levou Bruno para a Prefeitura de São Paulo e, como governador, vejo nele o dinamismo e a ousadia que caracterizam um prefeito comprometido com as necessidades e anseios da população da maior metrópole da América do Sul. Vamos usar o exemplo de sucesso do Bruno como um jovem e inovador gestor público em busca da eleição de prefeitos e prefeitas por todo o país, principalmente nas capitais e cidades de grande e médio portes.

Sou um otimista porque acredito que as mudanças só acontecem com muito trabalho duro, dedicação e esforço de todos por um país melhor, mais próspero e mais justo, com novas opções e oportunidades para todos os brasileiros. Começo o ano de 2020 com uma visão muito positiva para São Paulo e para o Brasil. A perspectiva de crescimento econômico em um ciclo virtuoso gera aumento da confiança de empresários e investidores. Com mais empregos e mais renda, a população vai exigir mais dos seus governantes. Para que mantenham e ampliem as conquistas viabilizadas pela implosão do paternalismo e dos gastos desenfreados do passado recente. É o que temos feito com bastante êxito em São Paulo. E é o que também desejamos para o Brasil.

16 interesse nacional – Janeiro – março de 2020

Perspectivas Políticas e Econômicas para 2020: a Visão do Partido Novo

Ioão Dionisio Amoêdo CHRISTIAN LOHBAUER

pós 13 anos de um governo populista, socialista, com atividades econômicas e sociais de cooptação. coalizão e corrupção detectadas e expostas pela operação Lava Jato, as eleições gerais de 2018 foram marcadas por uma enorme polarização e uma grande demanda por renovação.

A eleição do novo presidente se deu em razão da prioridade definida por boa parte da população: impedir uma nova gestão petista. O resultado desse cenário foi um processo de definição de um voto binário, já no primeiro turno.

Com a intenção de ser uma plataforma e uma ferramenta para a mudança, o Partido Novo se formou e teve, até então, o que pode ser considerado um êxito. Apesar de ser ainda muito jovem em sua atuação na história da política brasileira, tendo participado pela primeira vez das eleições em 2016, conseguiu eleger o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema e

João Dionisio Amoêdo é fundador do Partido Novo (2011) e concorreu à Presidência da República nas eleições gerais de 2018.

CHRISTIAN LOHBAUER também é fundador do Partido Novo e concorreu à Vice-Presidência da República nas eleições gerais de 2018.

seu vice, Paulo Brant, em 2018. Uma vitória maiúscula com 70% dos votos no segundo maior colégio eleitoral do Brasil. No legislativo foram eleitos 8 deputados federais, sendo 3 de São Paulo (Adriana Ventura, Alexis Fontaine e Vinicius Poit), 2 de Minas Gerais (Tiago Mitraud e Lucas Gonzalez), 1 do Rio de Janeiro (Paulo Ganime), 1 de Santa Catarina (Gilson Marques) e outro do Rio Grande do Sul (Marcel Van Hatten). Esse último, com cerca de 350 mil votos, está entre os oito deputados federais mais votados da legislatura. Nos legislativos estaduais, outros 11 representantes foram eleitos em quatro estados da federação: 4 em São Paulo, 3 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro e 2 no Rio Grande do Sul. Também foi eleita uma representante distrital no Distrito Federal.

Com este desempenho o Novo também atingiu com folga a cláusula de barreira em sua primeira eleição no nível federal. Trata-se de uma performance muito positiva, considerando que o partido era neófito em eleições gerais, não utiliza dinheiro de fundo partidário, tampouco fundo eleitoral, e não teve espaço em debates de televisão para a candidatura presidencial. Uma campanha que contou apenas com a vontade e

o engajamento de milhares de brasileiros, suas conexões em redes sociais e seus recursos privados para financiar suas ações. Os resultados finais do primeiro turno para a presidência colocaram a chapa João Amoêdo-Professor Christian em quinto lugar com cerca de 2,8 milhões de votos. Uma posição que pode ser considerada muito positiva se considerados adversários experientes que convenceram número menor de eleitores, como a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, da Rede, o ex-governador do Paraná e senador Álvaro Dias, do Podemos, ou o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do MDB.

Durante o ano de 2019, todos os mandatários do Novo deram demonstração de como é possível atuar na política com princípios e valores. Em Minas Gerais, o governador iniciou, desde o primeiro dia, o maior programa de austeridade que o estado já vivenciou. Herdeiro de um dos maiores desastres administrativos de todo o país, o governo do petista Fernando Pimentel, o governo Zema reduziu o número de secretarias de 26 para 12. Selecionou profissionais independentes de indicação política para quase todas as secretarias. Aproximou os servidores públicos da administração e começou um processo duríssimo de austeridade com medidas impopulares, mas de forma transparente. Depois do primeiro ano de governo, sua administração é considerada boa ou regular por mais de 60% dos mineiros.

Os deputados federais do Novo também deram demonstração de como é possível mudar o comportamento e dar qualidade e coerência ao trabalho parlamentar. Na avaliação do Ranking dos Políticos (www.politicos.org.br) os 8 deputados do Novo foram premiados como os 8 melhores deputados entre os 513 da Câmara. São os que têm

maior número de presença nas plenárias e votações, melhor desempenho no uso dos recursos públicos e seus projetos são considerados os de melhor qualidade entre os apresentados na Câmara dos Deputados. A bancada vota sistematicamente em conjunto, pautada por estudos técnicos de todas as matérias que são avaliadas por uma equipe jovem e competente, contratada na liderança de forma profissional. E tudo isso já foi feito cumprindo o compromisso de reduzir em 50% gastos de gabinete e pessoal de toda a bancada e da liderança, o que irá resultar, somado à redução dos demais mandatários do Novo, em uma economia de aproximadamente R\$ 148 milhões ao longo dos seus mandatos. Exemplo que, esperamos, seja seguido por mandatários de outros partidos.

O Novo não faz parte da base governamental nem tampouco da oposição. Coloca-se como independente, e suas votações têm sido incisivas quando se trata de reformas essenciais para modernizar o país. O partido foi protagonista na reforma da Previdência e é parte vital para o andamento das reformas tributária e administrativa. Os deputados do Novo têm como objetivo o compromisso com a austeridade e o desenvolvimento sustentável, e a coerência, competência e presença têm caracterizado sua atuação.

Perspectivas políticas e econômicas para 2020

m 2020, não poderemos esperar por avanços expressivos se não entendermos a importância e a necessidade de fazermos política de forma diferente. A velocidade da recuperação econômica e os avanços políticos serão diretamente proporcionais a uma

18 interesse nacional – Janeiro – março de 2020

renovação não só de nomes, mas de conceitos e de atitudes. É o modelo que está errado e os políticos que temos não farão as reformas necessárias, pois são direta e fartamente beneficiados por ele. A demanda constante de cada vez mais recursos públicos para financiamento de campanhas eleitorais, pelas legendas tradicionais, explicita o esgotamento deste modelo e a baixíssima representatividade que eles detêm junto ao eleitor.

O crescimento do partido Novo, que se prepara para referida renovação, não está isento de grandes desafios. O Novo entende que o seu principal diferencial está em ser uma instituição, fiel ao seu estatuto, aos seus princípios e seus valores, sendo a sua imagem seu principal ativo, o mandato, o produto, e o cidadão, o cliente. Esse é, no nosso entender, o caminho para não nos transformarmos em apenas mais uma legenda, que se serve do cidadão para aparelhar o Estado e dele se utiliza para se perpetuar no poder.

Desde janeiro de 2019, foi intenso o trabalho para auxiliar o governo de Minas Gerais a construir uma boa equipe para organizar a casa. Também foi necessário implementar o Departamento de Apoio ao Mandatário (DAM) para acompanhar a atuação dos parlamentares e auxiliar na manutenção e coerência com os valores e princípios do partido. O Comitê de Ética também demanda agilidade e rigor na aplicação do estatuto do partido. E há a Fundação do Partido, que deve dar seus primeiros passos e começar a atuar em 2020 para educar e formar futuros quadros de candidatos e dirigentes partidários.

Após a eleição do diretório nacional, em setembro de 2019, para mais um mandato de quatro anos, permanecem inúmeras tarefas para um grupo sempre menor do que o ideal para realizá-las. A separação entre a gestão pública e a gestão partidária é um dos grandes diferencias do Novo e determinante para a consolidação da instituição.

Entre as atividades mais complexas no horizonte imediato está a preparação para as eleições locais de 2020, que demandou intenso trabalho de seleção de candidatos e definição de diretórios que tenham recursos próprios para se desenvolver. Para se constituir diretório foi necessário um número mínimo de 150 filiados contribuintes para garantir massa crítica para o trabalho das campanhas municipais, visto que o partido é o único que não se utiliza de recursos públicos. Cerca de 55 cidades deverão definir candidaturas a prefeitos e vereadores pelo Partido Novo, em 2020. Até março de 2020, candidatos serão selecionados pelo método de seleção feita por empresa externa e avaliação de pré-candidatos para que os diretórios municipais e estaduais possam endossá-los.

A reforma política de que precisamos

▲ ausência da participação de forma ativa e sistêmica de empreendedores na política e a existência do fundo partidário e eleitoral, que atualmente financia quase integralmente os custos da maioria dos partidos, são as principais barreiras a serem ultrapassadas. Se não tivermos capacidade de superá-las não há como prever um futuro de prosperidade.

O mais importante nesse cenário é a conscientização da necessidade e da importância da participação da elite intelectual, financeira, social, científica e empresarial na política. Precisamos de pessoas que sejam capazes de liderar pelo exemplo, com histórico de sucesso na gestão privada e

que encarem a participação na vida pública como um ato de doação à comunidade. Só assim poderemos recuperar o tempo perdido e reduzir o gap em relação às conquistas dos países mais avançados.

Nesse cenário, uma reforma política simples seria extremante produtiva se incluísse: a) o fim de recursos públicos para partidos políticos, com a extinção do fundo partidário, eleitoral e da propaganda gratuita; b) o fim do voto obrigatório; e c) a redução da burocracia para montagem de partidos. Desta forma, haveria uma seleção natural do número de partidos ditada pelo cidadão.

O governo atual

primeiro ano do governo do presidente Bolsonaro teve como destaque inicial a montagem da equipe econômica, sob a gestão do economista Paulo Guedes, e pode contar com a credibilidade do ex--juiz, Sérgio Moro, na pasta da Justiça.

Já obtivemos avanços com a reforma da Previdência, melhora nos índices de criminalidade, baixa nos índices de inflação e consequente redução do patamar de juros. E o PIB começa a dar os primeiros sinais de recuperação fundamentais para o combate ao desemprego.

Entretanto, desafios relevantes ainda permanecem: a) redução dos custos da máquina pública com uma reforma administrativa; b) um ambiente menos inóspito ao empreendedor com uma reforma tributária; e c) um grande salto na educação brasileira, especialmente, no ensino básico e fundamental, que continua a amargar as últimas colocações no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Em geral, o governo Bolsonaro é heterogêneo e desorganizado. O presidente tem três frentes de instabilidade simultâneas: a presença e interferência de seus três filhos no dia a dia do governo; a desastrada articulação com as lideranças do legislativo federal, Rodrigo Maia e David Alcolumbre, sem a qual não se governa no regime republicano presidencialista estabelecido pela constituição de 1988; e a forma de atuação do presidente que privilegia polêmicas, mantém um clima de confronto que caracterizou a disputa eleitoral e não trabalha para o fortalecimento das instituições.

O cenário político de 2020 será marcado pelas eleições locais e será uma espécie de preliminar para a reorganização das forças políticas para 2022. A recente liberação do ex-presidente Lula da Silva, após decisão equivocada do STF em relação à prisão em segunda instância, trouxe novo ingrediente para medição de forças em 2020. As disputas municipais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Recife serão os palcos de medição para a influência do ex-presidente.

Temos evoluído, mas a maior dificuldade para renovação ainda é a escassez de pessoas de fora da política dispostas a ingressar no meio público. Enquanto nosso modelo de Estado intervencionista, custoso e ineficiente não for alterado continuaremos sem conseguir combater a pobreza de forma sustentável, com o êxodo de jovens brilhantes e de recursos financeiros, sem os quais não há como se obter oportunidades e progresso. Os brasileiros demandam mais liberdade, menos burocracia e um Estado que cumpra suas funções básicas. As mudanças estruturais precisam avançar com rapidez. O País tem pressa.

Anos 2020, Antecedentes e Agendas

PAULO HARTUNG

agenda desta reflexão é conduzida por uma pauta central: o tempo. Fui convidado a pensar sobre as perspectivas político-econômicas para 2020, considerando-se os acontecimentos recentes e fatos decisivos do próximo ano.

Para Santo Agostinho, nas suas Confissões, "talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras".

Antecedentes presentes

Primeiramente, é preciso deixar claro que alguns traços que nos trouxeram até aqui não são de um governo ou de um período pequeno de tempo. Têm a ver com

Paulo Harrung é economista, presidente-executivo do Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), membro do conselho do Todos Pela Educação, ex-governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018). E-mail: presidencia@iba.org

a nossa história. A baixa mobilidade social e a desigualdade, marcas perversas no presente, remontam a uma sociedade constituída sobre o escravagismo.

Vivemos num País que sustenta uma distância abissal entre quem tem acesso à instrução e aos bens e serviços do progresso e aqueles empobrecidos que quase nada têm para subsistir. E para agravar essa calamidade, a possibilidade de um brasileiro que nasce numa família pobre ascender a uma outra posição socioeconômica é quase nula, nas condições estruturais que temos vigentes hoje.

Isso tem muito a ver com a estrutura de Estado que vem sendo historicamente montada. Para não nos afastarmos tanto na linha do tempo, basta olharmos para o getulismo, a ditadura militar e a Constituinte e perceberemos o vulto fortalecido de um Estado concentrador de renda e de oportunidades, promotor de desigualdades.

Nesse modelo injusto de organização da estrutura governativa, sustentam-se desde a oferta precária da educação básica, passando pela constituição de insustentáveis sistemas tributário e previdenciário, até a

manutenção de inconcebíveis privilégios nas corporações de Estado.

A minha visão é que chegamos ao final desse ciclo. Estamos num fim melancólico produzido por absoluta crise de sustentabilidade fiscal. Não há recursos públicos suficientes para financiar essa estrutura governativa, cara, injusta e ineficiente.

Essa terrível combinação estrutural, de uma máquina de governo de mecanismos produtores de desigualdades e privilégios, somou-se a uma série de fatores, e o que tivemos foi um processo eleitoral em 2018 esvaziado do estrito senso político.

O Brasil, depois de um ciclo de potente crescimento, originado lá no Plano Real e turbinado pelo boom das commodities, entrou numa grave recessão. Com o equivocado manejo da política econômica aprofundando a crise de 2008/2009, vivemos uma brutal crise no emprego e na geração de renda, incrementando a tragédia nacional de desigualdade e empobrecimento das camadas historicamente marginalizadas da população.

Some-se a essa cena o déficit de lideranças políticas que vem assolando o País já há algum tempo. Há um vácuo crescente de líderes que pensem, formulem e inspirem a modernização do Brasil em termos contemporâneos nos aspectos políticos, econômicos e socioculturais.

Deve-se também inserir nesse rol de complexidades o fato, vivido planetariamente, de crise da democracia liberal, em tempos de alta conectividade digital em rede. Como bem formulado por Manuel Castells, "na raiz da crise de legitimidade política está a crise financeira, transformada em crise econômica e do emprego, que explodiu nos Estados Unidos e na Europa no outono de 2008".

Como diz o pensador, essa crise política

é global, mas ela também tem suas colorações nacionais. A brasileira, por exemplo, se agravou assustadoramente por uma série de equívocos na gestão de políticas econômicas, em ambiente atravessado por práticas de corrupção endêmicas. Esse conjunto explosivo nos jogou no fosso da mais grave recessão econômica de nossa história e só fez ampliar o descrédito da política.

Nesse turbilhão de fatores desconcertantes da vida nacional, tivemos um processo eleitoral que não debateu o País, suas questões e suas oportunidades. Em vez de política genuína, tivemos embates de extremismos com conteúdos desimportantes à cidadania e ao desenvolvimento, dinamizados por redes sociais alimentadas por fake news, ódio e intolerância.

Olhar para frente é pesar e pensar tudo isso na balança e no livro histórico de uma nação, cujo povo merece muito mais do que tem vivido, em séculos. É buscarmos eleições em 2020 dignas de serem chamadas de democrático-republicanas, centradas que devem ser em ideias e em meios de se fazer prevalecer o bem-estar e os interesses comuns, em ambiente de liberdade, igualdade e fraternidade.

Agendas

neformas – Nessa impositiva caminhada de reinvenção democrático-republicana nacional, precisamos fazer avançar as reformas estruturantes do Estado brasileiro É preciso reconstruir nossa máquina governativa, em todos os seus estratos.

É preciso mudar a vocação de nosso Estado, fazendo de suas principais potencialidades não a promoção de privilégios e desigualdades, mas a indução de prosperidade para todos.

Precisamos que a reforma vá além de ajustes no mapa de arrecadações e responsabilidades governativas. Historicamente, temos um Estado ineficiente para comprar, contratar e remunerar. Assim, precisamos modernizar as máquinas de governo, dando--lhes capacidade de resposta, possibilitando--lhes agilidade nas entregas e fixando custos compatíveis com a realidade brasileira.

Nessa jornada também é preciso digitalizar os governos, seja para promover o reencontro do modus operandi das institucionalidades com o modus vivendi da sociedade, seja para infundir qualidade, eficiência e resolutividade às máquinas públicas, seja para conectar os governos ao mundo contemporâneo em que o universo da produção já opera há muito.

Bioeconomia – Temos grande força produtiva vinda do campo e de laboratórios de ponta, ao mesmo tempo em que estima-se que o País possua cerca de 12% da disponibilidade de água doce do planeta e tem 67% do território coberto por vegetação nativa. É inegável que o Brasil tem um potencial ambiental enorme e não pode desperdiçá--lo. Se se tiver um olhar estratégico para o tema, esta será uma agenda na qual o Brasil será protagonista.

A floresta em pé tem muito valor, inclusive para girar a economia. As florestas são responsáveis por remover e estocar carbono, além de conservar solo e água. Servem de habitat para a biodiversidade. Tudo isso contribui para um regime de chuvas e clima mais estáveis. As florestas mantêm a fertilidade do solo, evitam pragas e doenças, dentre outros aspectos que impactam as atividades de uso da terra, como o agronegócio.

Este é o momento de setores que trabalham de maneira moderna, com recursos próprios e alinhados ao conceito de bioeconomia. Por exemplo, a indústria de árvores cultivadas para fins industriais, um setor nacional competitivo e integrado às cadeias globais, tem investimentos de R\$ 32 bilhões previstos até 2023. Esse setor, aliás, é crucial para a entrega de produtos renováveis, biodegradáveis e contribui com o Brasil nas metas do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 da ONU, por trabalhar com cuidado em cada etapa do processo, sempre mitigando a emissão de CO₂.

Isto é fundamental para uma economia de baixo carbono. O mercado de carbono. inclusive, com uma política clara e bem definida, pode estimular o setor produtivo e, principalmente, os pequenos produtores a atuar como indutores da economia de baixa emissão de CO, e pode ajudar o País a conquistar a liderança neste quesito também. Devido a isso, o Artigo 6 do Acordo de Paris, muito discutido na COP25, ganhou tanta importância, pois regulamenta internacionalmente o mercado de carbono.

Até mesmo setores fundamentais, como o energético, devem fazer mais pelo meio ambiente neste cenário econômico moderno. Atualmente, grande parte da geração de energia ainda é proveniente de fontes não renováveis. Precisamos mudar este panorama. As energias solar e eólica estão no centro desta transformação, mas serão necessários mais esforços. Esses sistemas já demonstraram sua capacidade e eficiência. Juntos, representaram 10,2% da geração de energia elétrica no Brasil em 2018. Para ir além, é necessário olhar alternativas complementares. Resíduos florestais, carvão vegetal, entre outros produtos e subprodutos de florestas cultivadas para fins industriais, aparecem como fontes confiáveis,

pois são de origem correta e possibilitam provisionamento de volume e despacho de matéria-prima.

Os desafios são grandes, mas as oportunidades são diversas. É importante que esta seja a visão para todos os serviços. É o momento de o País deixar de lamentar pelos erros passados e trabalhar para se desenvolver.

Nosso atraso em infraestrutura é grande. Rodovias, portos e aeroportos mal-cuidados, além das ferrovias que foram abandonadas há décadas são grandes exemplos. Também vale lembrar que estamos defasados na transmissão de dados, e o saneamento, um direito básico, não atende a todos os brasileiros. Não temos mais tempo a perder e precisamos avançar. O poder de investimento público é baixo? A iniciativa privada deve ser acionada para parcerias que possibilitarão desenvolvimento Cabe ao Estado garantir uma regulamentação clara e segurança jurídica.

Educação - Quando se fala em emancipação cidadã e desenvolvimento social e econômico efetivo, há duas palavras que são absolutamente relevantes e que, indiscutivelmente, se complementam, fazendo parte uma do universo da outra. São elas Educação e Oportunidade.

As palavras do ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln acerca do que deve ser um governo são exatas para classificar o sentido político da palavra oportunidade. Disse Lincoln que o objetivo essencial do governo é "elevar a condição dos homens [...] para permitir um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida".

Nosso Mario Quintana, que vinculou o conceito de democracia à garantia de acesso igualitário às oportunidades, poetizou: "Democracia? É dar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, isso depende de cada um".

O que garante "um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida", assim como permite "dar a todos o mesmo ponto de partida" é precisamente a educação.

Esta é a janela de oportunidade que se abre para um horizonte de emancipação humana. Do ponto de vista coletivo, é um dos principais requisitos para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

Outro fator ligado à educação que merece ser ressaltado é o valor que ela tem num modo de produção baseado no saber. No capitalismo atual, todas as atividades dependem de informação, tecnologias e conhecimento para se tornarem competitivas e qualificadas.

Se, no passado, a instrução era importante para vencer a ignorância, hoje, a formação atualizada e acessível a todos é desafio para a garantia da igualdade de oportunidades. Além disso, combinada com investimentos em ciência e tecnologia, é fator decisivo para a competitividade econômica.

Entre os imensos desafios do País nessa área, podemos listar déficits nas políticas educacionais de aprendizagem, nas estratégias de gestão, tanto institucional quanto escolar, e também na articulação entre os entes federados.

É preciso garantir acesso, permanência e aprendizagem a todas as crianças e jovens brasileiros, de modo a que os estudantes tenham idade compatível com as séries da educação básica correspondentes às suas faixas etárias.

É preciso valorizar os professores, que são "os atores mais importantes na promoção de uma educação de qualidade", como

bem indica o Movimento Todos pela Educação, que me inspira nessa agenda.

Precisamos melhorar a infraestrutura educacional, investir em uma escola de educação integral em tempo integral.

Falando nisso, precisamos efetivar um Sistema Nacional de Educação, pensando uma governança federativa, repensando os mecanismos de financiamento da área, e também prevendo articulação intersetorial com outras áreas e políticas ligadas à infância, adolescência e juventude.

A valorização da educação e o investimento na sua promoção devem compor um mantra de nossa cidadania. Pois é por meio da educação de base humanística que aprendemos e fortalecemos ideias e valores, como liberdade, igualdade, compaixão, diversidade, justiça, tolerância, democracia e laicidade.

Que, como nação, sejamos capazes de garantir às atuais e próximas gerações de brasileiros a possibilidade de sonhar, projetar e realizar uma vida digna para si e suas comunidades. Que sejamos capazes de educar e capacitar os nossos jovens ao protagonismo do seu futuro – do nosso futuro.

2020 - Ainda que de maneira tímida, a economia deve continuar sua retomada, porém ainda muito dependente das reformas estruturantes pelas quais o Brasil está passando. Por isso, existe a necessidade de desenvolver parceria com o setor privado, de modo a estimular investimentos, geração de emprego e renda, desta maneira reativando o dinamismo econômico em nossa sociedade.

Adicionam-se a isso as eleicões municipais que terão uma nova regra com o fim das coligações proporcionais, o que, na prática, significa que será levada em conta a votação de cada legenda.

Vejo uma excelente oportunidade para aprofundar o debate de questões locais, como mobilidade urbana, modernização e conectividade das cidades e, até mesmo, regularização fundiária, tema central para legalizar propriedades em comunidades e melhorar a vida de moradores das favelas. E todo este pacote servirá de insumo para se refletir sobre temas de impacto nacional, como segurança, educação e saúde para os cidadãos de todo o Brasil.

Reinventar a política – Os tempos próximos e futuros requerem dos agentes políticos formular um renovado modus operandi. Estamos lidando com a estrutura do ultrapassado. Ao mesmo tempo, somos demandados a construir o novo que não se sabe o que será. De toda sorte, há questões bastante evidentes e impositivas sobre as quais pensar.

Uma delas é que a política precisa ser feita em dois ambientes diversos, ainda que absolutamente interligados: o presencial e o midiático/virtual. Nas palavras de Castells: "Na prática, só existe a política que se manifesta no mundo midiático multimodal que se configurou nas últimas décadas".

Fernando Henrique Cardoso diz: "O desafio está justamente em encontrar ou inventar – as formas mais propícias à reconexão entre 'o mundo da vida e da sociedade'e o 'mundo das instituições e do Estado"".

Mas, nesse mundo de transições turbulentas, é preciso ter claro que não se pode desprezar a importância das institucionalidades e dos valores civilizatórios. A democracia não é um instrumento, mas um valor a sustentar e orientar o imprescindível fazer político. A dignidade humana não pode jamais ser relativizada. O primado da razão e

das ciências não pode ser abandonado em função de dogmas e carismas.

Diante da "ruptura da relação institucional entre governantes e governados", Castells alerta sobre algo gravíssimo, avisa que a democracia liberal está deixando de existir "no único lugar em que pode perdurar: a mente dos cidadãos".

Isso equivale dizer que o nosso investimento no revigoramento da política e no reencontro do fazer político com a sociedade passa, sim, pela reconstrução dos laços de interação e diálogo com os cidadãos e pela atualização das instituições, mas depende fundamentalmente também do nosso investimento na educação para a vida política e seus valores civilizatórios.

Não há receita para que sigamos nesse caminho. Mas, não há outro rumo a se tomar se quisermos fazer ecoar novamente, aqui e mundo afora, a legitimidade da ação política e se quisermos promover o reencontro dos cidadãos com a vida político-institucional — uma das mais preciosas conquistas e, ao mesmo tempo, garantias da humanidade.

Brasil e Argentina: Para Onde Vai a Relação?

RICARDO MARKWALD Sergio Fausto

1. Introdução

m fins do primeiro semestre de 2019, o Mercosul pareceu acordar do estado de ■ letargia em que estava submergido desde o início do milênio. Após mais de 20 anos de tratativas, com algumas interrupções, a União Europeia (EU) e o Mercosul anunciaram, em fins de junho, o término das negociações de um acordo de livre comércio entre os dois blocos. Dois meses depois, foi anunciada a conclusão das negociações de um acordo com os países da AELC - Associação Europeia de Livre Comércio (bloco constituído por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein). Em seguida, o Mercosul informou que as negociações com Canadá, Coreia do Sul e Cingapura encontravam-se em estágio bastante avançado. As perspectivas de revitalização do Mercosul e das relações bilaterais se tornaram críveis pela primeira vez em 20 anos.

RICARDO MARKWALD é economista graduado pela Universidad de Buenos Aires e com mestrado na PUC-RJ. É diretor geral da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) e editor da RBCE - Revista Brasileira de Comércio Exterior.

Sergio Fausto é cientista político, diretor geral da Fundação FHC, codiretor do projeto Plataforma Democrática e editor do Journal of Democracy em português. Foi assessor dos ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Comércio Exterior e Planejamento e Orçamento entre 1996 e 2002.

Além da relevância dos mercados contemplados, esses acordos apontam para avanços em temas da agenda interna do bloco. Os desdobramentos nesse sentido foram quase imediatos. Em início de setembro, Brasil e Argentina renovaram o seu Acordo Automotivo, mas desta vez fixaram um prazo para a efetiva liberalização dos fluxos do setor, responsáveis por quase 50% das trocas comerciais entre os países. Se é verdade que a data fixada para a plena vigência do livre comércio manteve-se no futuro distante (2029), não foram, por outro lado, estabelecidas quaisquer condicionalidades.

De sua parte, o Brasil começou a reduzir de forma autônoma diversas tarifas de produtos incluídos na sua lista de exceção e a ampliar o número de ex-tarifários, sempre com o objetivo de diminuir sua proteção tarifária. Ainda mais importante: a cargo da Presidência Pro Tempore do bloco no segundo semestre de 2019, o Brasil anunciou a intenção de acordar com os sócios uma proposta abrangente de reformulação da Tarifa Externa Comum com a redução gradual da média tarifária do bloco de 13,6% a praticamente metade, num prazo de quatro anos, com cronogramas mais dilatados para um número limitado de setores sensíveis. Tais anúncios tornaram-se críveis a ponto de

gerar críticas em segmentos industriais de ambos os países.

Trata-se de um caminho sem volta? Para responder a essa pergunta, mais importante que avaliar as resistências no Parlamento europeu à aprovação do acordo com o Mercosul, é analisar as relações entre Brasil e Argentina, a partir da vitória eleitoral de Alberto Fernández. Desde o início do Mercosul, nunca houve tanta animosidade entre os governos dos dois países. Se de um lado há incentivos para a cooperação e o pragmatismo no tratamento das diferenças e dos obstáculos, de outro existe espaço para uma escalada de confrontos e até para rupturas.

2. A densidade dos vínculos econômicos

s vínculos econômicos (comércio e investimentos) entre Brasil e Argentina são densos e relevantes para ambos os países, não obstante as assimetrias na relação bilateral. O Brasil é o principal destino e também o principal fornecedor da Argentina, com participações muito expressivas tanto na exportação (18%) como na importação (24%) do país vizinho.

O inverso é menos verdadeiro. No entanto, o mercado argentino é crítico para a indústria brasileira. Não há exagero em dizer que o setor automotivo brasileiro é "Argentina-dependente" (o sócio regional tem respondido usualmente por 70% ou mais das vendas externas do setor).

A Argentina não é um mercado facilmente substituível. Embora o Brasil tenha feito esforços para diversificar suas exportações automobilísticas, subscrevendo acordos ou ampliando cotas com outros parceiros latino-americanos (México e Colômbia), os resultados têm sido pouco expressivos.

O país vizinho ocupa também lugar des-

tacado no investimento brasileiro no exterior. Em pesquisa recente baseada em amostra incluindo as 69 empresas brasileiras mais internacionalizadas, a Argentina aparece em segundo lugar, com 29 subsidiárias ou franquias, atrás apenas dos EUA. O Brasil é o quarto maior investidor estrangeiro na Argentina, atrás dos EUA, Espanha e França, nessa ordem.

Não há dúvida, portanto, sobre a importância das relações econômicas bilaterais. Num quadro de aumento global do protecionismo e crescimento lento do comércio internacional, há um forte incentivo à cooperação, ao pragmatismo, ao tratamento flexível dos contenciosos e, em última instância, ao uso de boa dose de "paciência estratégica" de ambos os lados.

3. O peso das divergências

↑ despeito da importância dos vínculos econômicos, Brasil e Argentina enfrentarão um "núcleo duro" de divergência no encaminhamento da política comercial do Mercosul. A divergência é real e expressa o peso político e social maior de interesses e ideologias ligados à proteção do mercado doméstico na Argentina. No Brasil, é politicamente mais forte e socialmente mais disseminada a constatação de que se esgotou o modelo de integração baseado em mercado protegido, comércio administrado para parcela expressiva do intercâmbio bilateral e baixo número de acordos comerciais com terceiros mercados pouco relevantes. E é maior a confiança de que o país se beneficiará de um modelo de integração mais aberto. Não é de hoje que predomina na elite empresarial brasileira a noção de que o Mercosul produz rendimentos marginais decrescentes.

Mas, enquanto Macri foi presidente, os

governos de ambos os países compartilhavam o diagnóstico de que o modelo de integração se havia esgotado e de que já não era mais possível simplesmente postergar o enfrentamento do núcleo duro de problemas do bloco. Diplomacias experimentadas tinham melhores condições para lidar com os conflitos da relação bilateral porque dispunham do espaço político para tanto. Hoje, o quadro é outro. As divergências sobre o futuro do bloco não se restringem ao tempo das reformas necessárias para alterar o modelo de integração. Há divergências de concepção. Porém, não significa que o Mercosul esteja condenado à ruptura.

4. Momentos políticos opostos

lo Brasil, temos um governo ingressando em seu segundo ano de mandato, com uma agenda econômica liberal, que até aqui tem encontrado apoio do Congresso e do setor empresarial e quase nenhuma resistência da oposição. O apoio a essa agenda vem crescendo desde o fim do ciclo político de 13 anos (2003-2016) em que o PT dominou a política nacional. Desde então, sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda se enfraqueceram. A forma dramática pela qual terminou o ciclo político petista (a mais longa recessão da história brasileira, em meio ao choque da Lava Jato) produziu uma mudança aparentemente duradoura nas preferências do setor empresarial em favor de uma agenda econômica liberal. Essa mudança se traduz em apoio efetivo às reformas internas (fiscal, creditícia, trabalhista, etc.) e em disposição favorável à abertura gradual da economia.

A Argentina está em outro ponto do ciclo político, para dizer o mínimo. A vitória de Alberto Fernández marca o fim da curta ex-

periência "liberal" de Maurício Macri. Outro contraste importante é que a economia brasileira está em recuperação, embora lenta, com inflação e juros em mínimas históricas e uma agenda de reformas em andamento. Já a Argentina se encontra em recessão desde o início de 2018, num quadro de profundos desequilíbrios macroeconômicos. Alberto Fernandez assumirá consumido pelas urgências do curto prazo e pela complexa gestão política de uma coalizão de forças sobre a qual sua liderança não é inconteste e na qual predominam interesses e ideologias ligados à proteção da economia, em particular da indústria.

Em plena campanha, o presidente eleito Alberto Fernández fez duras críticas ao acordo com a UE. Ele tem procurado o apoio de sindicatos patronais e de trabalhadores para construir "pactos sociais" com vistas a controlar uma inflação que beira os 60% anuais. Para isso, precisará fazer concessões: a proteção a interesses industriais e às pequenas empresas será uma delas. Não menos importante, o novo presidente tem convicção e fé exportadora, mas não liberalizante.

O novo presidente argentino terá a difícil tarefa de conciliar a resposta a expectativas de reativação da economia e atendimento a demandas sociais com a renovação do acordo com o FMI, essencial para uma renegociação relativamente ordenada da sua dívida externa, sem a qual a aceleração da inflação será inexorável. Nessa difícil travessia, a Argentina precisa do apoio dos Estados Unidos, principal sócio do FMI, e do Brasil, principal destino de suas exportações. Ainda que bem-sucedida, a travessia tomará pelo menos dois anos, período no qual o governo estará consumido pelo manejo da conjuntura econômica e a política de curto prazo.

Em tese, haverá tempo suficiente para se ajustar aos termos dos acordos comerciais

negociados com a UE e com a AELC. A ratificação de ambos tomará pelo menos dois anos e os respectivos cronogramas de liberalização são graduais. Começarão a "doer" após o terceiro ou quarto ano da sua entrada em vigência.

Na mesma linha de raciocínio, na próxima reunião de Cúpula do Mercosul, na qual a Argentina ainda será representada por Maurício Macri, é provável que sejam acordadas diretrizes gerais para a reforma da tarifa comum, mas não um cronograma definitivo. Existem resistências não apenas na Argentina, mas também no próprio Brasil, cujos setores industriais já vêm pressionando por maior participação na definição do *timing* das medidas unilaterais redutoras da proteção e, particularmente, na escolha dos setores sensíveis a ser contemplados com prazos mais dilatados.

Além disso, o andamento da agenda de reformas no Brasil não são favas contadas. São previsíveis as dificuldades na aprovação de reformas que requerem alta capacidade de coordenação política para formação de maiorias congressuais. A tributária, em particular, para a qual é necessário arbitrar simultaneamente conflitos setoriais e federativos. Quão maiores as dificuldades no andamento da agenda de reformas, maiores as resistências à abertura da economia.

5. O Mercosul na geopolítica da região

Mercosul é muito mais do que um acordo entre Brasil e Argentina e os sócios menores. É um acordo estratégico e geopolítico que tem marcado a história do Cone Sul nos últimos 35 anos. Os primeiros passos foram dados no início dos anos 1980, ainda durante a vigência de regimes militares em ambos os países, mas se consolidou

com a emergência da democracia. Hipóteses de conflito, que condicionaram durante anos a concentração de contingentes militares em áreas de fronteira e impuseram até mesmo restrições à ampliação de infraestrutura física de comunicação entre os dois maiores países da América do Sul foram substituídas por políticas de cooperação e consenso, com destaque para os acordos na área nuclear, e um processo crescente de confidence building. A substituição de uma lógica baseada em cenários de ameaça e confrontação por outra baseada na cooperação institucionalizada resultou no estreitamento de vínculos políticos, culturais e sociais e em múltiplos acordos em matéria de educação, saúde pública, previdência social e tecnologia, antes inexistentes.

O Mercosul, paradoxalmente, é mais e menos do que uma União Aduaneira. Menos porque são muitas as perfurações da Tarifa Externa Comum e os entraves não tarifários ainda existentes nas relações comerciais entre os membros do bloco. Mais porque os vínculos estabelecidos entre Brasil e Argentina ultrapassam a esfera econômica. Significa dizer que uma eventual saída brasileira do bloco tem o potencial de mobilizar setores contrários, civis e militares, politizando a questão para fora dos limites da decisão do Executivo. Sinal disso é a iniciativa do senador Humberto Costa (PT-PE) que, em novembro, apresentou projeto de decreto legislativo condicionando eventual saída do bloco à aprovação do Congresso.

A importância da relação estratégica entre Brasil e Argentina é um enorme incentivo à cooperação e a uma resolução, sem estridências, de eventuais divergências e conflitos.

O Brasil, porém, mudou o discurso da sua política externa a partir do governo Bolsona-

ro. Embora recente, a mudança aponta para uma redução do peso estratégico do vínculo do Brasil com a Argentina. Põe em questão pelo menos 40 anos de contínua prioridade diplomática atribuída pelo Brasil ao vínculo com a Argentina, como peça-chave da afirmação de uma liderança regional benigna, preocupada com a estabilidade política da região. Com alta voltagem retórica, o discurso da política externa atual reflete as afinidades político-ideológicas do governo de turno. Durante a eleição e mesmo após a vitória de Fernandez, o governo brasileiro não poupou palavras para estigmatizar o presidente eleito, fato sem precedente na história dos dois países.

Alberto Fernández tampouco tem feito segredo de suas preferências políticas. Durante a campanha, visitou Lula em Curitiba e juntou-se à campanha pela "libertação" do ex-presidente. Desde a eleição, assumiu protagonismo na cena externa latino-americana, buscando projetar sua liderança em círculos políticos à esquerda do espectro político. Teve participação destacada em reunião do Grupo de Puebla, foro de reflexão constituído, em larga medida, por personalidades que hoje estão na oposição em seus respectivos países.

A ambos os presidentes interessou até aqui investir no acirramento retórico e na polarização política. Se para Fernández isso o ajuda a acumular capital simbólico junto à ala da coalizão peronista mais alinhada com Cristina Kirchner, para Bolsonaro reforça um elemento central de sua narrativa: há uma orquestração da esquerda latino-americana para voltar ao poder na região, e só ele poderá detê-la.

Essa retórica não desaparecerá, mas tende a ceder lugar ao pragmatismo. O equilíbrio, porém, será instável. A diplomacia transbordou para as mídias sociais, e a política externa se tornou ingrediente da polarização política doméstica. E não há volta atrás.

A título de conclusão: um pragmatismo instável

o caso da Argentina, os fatores que estimulam o pragmatismo são óbvios, dada a profundidade da crise em que se encontra o país. Para o novo governo, é vital desenvolver uma relação fluida com os EUA, principal acionista do FMI, contar também com o apoio de países da UE e manter um bom relacionamento com o Brasil, principal mercado de exportação da Argentina. A recuperação da economia brasileira está em curso e nosso país é essencial para alavancar as vendas externas de importantes setores industriais argentinos.

A recuperação da economia argentina também interessa ao Brasil, em particular à indústria. Entre as causas da lenta retomada da economia brasileira em 2019, está a recessão na Argentina, que afeta duramente as exportações industriais brasileiras.

Há ainda um fator político de peso a estimular o pragmatismo de parte do governo brasileiro. Se para Fernández o objetivo principal é viabilizar o seu governo em meio a uma crise que pode engolfá-lo ainda no início de seu mandato, para Bolsonaro a prioridade é construir bases de apoio com vistas à sua reeleição. O peso da Argentina na geração de renda e emprego no Brasil é suficientemente importante para que o presidente da República não acrescente dificuldades ao país vizinho. Os eventuais ganhos com sua base mais ideológica de apoio seriam de longe suplantados pela perda junto a setores de empresários e trabalhadores diretamente afetados pelas relações econômicas com o país vizinho. Esses setores estão localizados nas regiões Sul e Sudeste, e têm capacidade de expressão pública e mobilização política em torno dos seus interesses. Bolsonaro é um político atento aos humores da sociedade. O recuo recente na decisão de enviar a reforma administrativa ao Congresso ainda este ano é indicativo claro de que, a despeito da retórica inflamada, pondera a respeito dos riscos de ampliação da base social dos que se opõem ao seu governo, tanto mais agora, que Lula está em liberdade e o protesto social põe em xeque vários governos de centro-direita na região.

A paciência estratégica do Brasil poderá ser produto não da convicção quanto à

importância do Mercosul, mas do cálculo político de um presidente interessado em se reeleger. A provável desaceleração da agenda de reformas no Congresso tampouco deixará de afetar a disposição do empresariado quanto ao ritmo da abertura da economia. Por fim, não se deve subestimar o peso da corporação militar em decisões que ultrapassam a esfera da economia. Na visão das Forças Armadas, a Argentina é mais do que um parceiro comercial.

O fato de que o mais provável seja a permanência do Brasil não significa que o futuro do Mercosul esteja assegurado. Mas, o futuro terá de esperar.

Acordo de Associação Mercosul e União Europeia: Perspectivas e Desafios

RUBENS BARBOSA

■ m 28 de junho de 2019, o Mercosul e a União Europeia (UE) concluíram a negociação de um ambicioso acordo de Associação, que inclui três vertentes: a política, a de cooperação e a do livre comércio.

Aguarda-se a divulgação dos termos desse Acordo de Associação e dos detalhes do acordo de livre comércio que estabelecem a maneira como se desenvolverá o diálogo político, inclusive multilateral, a cooperação e o intercâmbio comercial para conhecer seu alcance e como os interesses nacionais foram tratados.

Não resta dúvida sobre a importância do acordo com a UE, nosso segundo parceiro comercial e o primeiro em investimentos. As informações divulgadas até aqui dão uma ideia geral do arcabouço e das principais diretivas do acordo de livre comércio entre as duas regiões, mas não permitem ainda uma análise objetiva sobre o resultado das negociações porque não foram divulgadas nem as listas de produtos e seu cronograma de redu-

RUBENS BARBOSA é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e editor responsável desta Revista. Foi embaixador do Brasil em Londres e em Washington.

ção das tarifas ao longo de dez anos, nem o *small print*, ou seja, os detalhes relevantes da negociação. Sem a divulgação completa do acordo, surgem dúvidas quanto à forma e à rapidez com que o atual governo conduzirá o processo de abertura da economia.

O acordo põe fim a um longo período de mais de 20 anos de isolamento do Mercosul e do Brasil nas negociações de acordos comerciais. Enquanto, nesse período, o Mercosul assinou apenas três acordos (Egito, Israel e Autoridade Palestina), foram assinados mais de 250 acordos comerciais no mundo, segundo a OMC. Isolado, o Brasil perdeu espaço nos fluxos dinâmicos do comércio internacional e participa de forma menor nas cadeias de valor global no intercâmbio entre empresas. O final dos entendimentos do acordo, na contramão do movimento global que tende ao protecionismo e às restrições ao livre comércio, foi seguido da conclusão do acordo com a Área de Livre Comércio (EFTA). Com esses dois importantes acordos comerciais, o Mercosul voltou a ter visibilidade e deve acelerar as negociações com Canadá, Coreia e Cingapura.

O texto final e a tradução para as línguas de todos os países-membros somente serão

completados em meados de 2020, quando ocorrerá a assinatura do acordo. Normalmente, o processo de aprovação pelo Conselho Europeu e pelos Parlamentos dos países-membros deverá levar em torno de dois anos, a exemplo do que ocorreu com acordos negociados com outros países pela União Europeia. Assim, esse importante instrumento comercial somente deverá entrar em vigência em 2022.

É importante, contudo, desde logo, começar a identificar os desafios para os produtos brasileiros terem acesso ao mercado europeu: melhora na competitividade e incorporação de inovação tecnológica.

Para aproveitar as preferências tarifárias recebidas e para manter a participação no mercado interno, os produtos industriais deverão melhorar significativamente sua competitividade e passar a receber um tratamento isonômico em relação aos produzidos em outros países. Sem que isso ocorra, será dificil competir no mercado europeu com produtos importados de outras áreas, como EUA, China e Coreia. A União Europeia vai abrir seu mercado com tarifa zero de imediato para 75% de suas importações e mais 10% em quatro anos. Em dez anos, 100% do mercado europeu estará aberto com tarifa zero.

Não se pode esperar dez anos para colocar a casa em ordem e aprovar reformas, como a tributária, a do Estado e a da estrutura tarifária interna. A aprovação da reforma trabalhista e a da previdência social foram avanços importantes no caminho da modernização do Estado. Faz-se necessário um amplo programa de desburocratização, de simplificação e facilitação de negócios e de melhoria na logística (portos, estradas, ferrovias), a fim de reduzir o chamado custo Brasil. Esse ônus para as empresas chega a mais de 30%, com o custo de 22% do PIB, e

torna o produto nacional pouco competitivo.

Em paralelo, um eficiente programa de inovação por parte da empresa e de políticas públicas ajudaria a modernizar a operação das companhias que produzem para o mercado doméstico e também exportam. Medidas recentes, inclusive portaria sobre a possibilidade de importação com tarifa zero para produtos sem produção local (também para produtos usados), no momento da divulgação do acordo com a UE, geram insegurança e incerteza pela falta de diálogo com o setor produtivo. Agindo corretamente, a área econômica decidiu suspender a vigência da portaria. Estudo recente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que a indústria nacional ainda está lenta para procurar alcançar o nível de 4.0 (75% das indústrias ouviram falar de indústria 4.0, 1,3% têm investimento em 4.0 (em faturamento) e 23% estão implementando ações de indústria 4.0)

Esforços do setor privado, Congresso e governo: tirar o Brasil do atraso

C erá importante que governo e setor privado atuem conjuntamente, pois é objetivo comum gerar a confiança para a volta do investimento, o que traria crescimento da economia e redução do desemprego. O acordo com a UE, assim como a entrada na OCDE, forçará governo e setor privado a trabalhar com o Congresso Nacional para a aprovação da legislação de forma a tirar o Brasil do atraso em que se encontra, sobretudo em termos tecnológicos.

Ao lado da agenda interna, será também relevante fortalecer as instituições do Mercosul para aumentar a capacidade do bloco econômico e comercial de se ajustar às novas regras, como, por exemplo, criar uma única autoridade sanitária - uma maneira de enfrentar a convergência regulatória que o acordo propicia.

O acordo de livre comércio - parte integral desse acordo mais amplo - pretende consolidar, em dez anos, uma parceria econômica e criar oportunidades para o crescimento sustentável nos dois lados, respeitando setores econômicos sensíveis, o meio ambiente e preservando os interesses dos consumidores. O acordo é composto por capítulos e anexos relativos aos seguintes temas: acesso tarifário ao mercado de bens (compromissos de desgravação tarifária); regras de origem; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas ao comércio (anexo automotivo); defesa comercial; salvaguardas bilaterais; defesa da concorrência; facilitação de comércio e cooperação aduaneira; serviços e estabelecimento (compromissos em matéria de acesso); compras governamentais (compromissos em matéria de acesso); propriedade intelectual (indicações geográficas); integração regional; diálogos; empresas estatais; subsídios; pequenas e médias empresas; comércio e desenvolvimento sustentável; anexo de vinhos e destilados; transparência; temas institucionais, legais e horizontais; e solução de controvérsias.

O capítulo sobre Desenvolvimento Sustentável contém novos compromissos que o Brasil deverá cumprir e que serão verificáveis por nossos parceiros europeus. Seu objetivo é o de promover a integração do desenvolvimento sustentável na relação entre os países partes, em especial na inclusão de princípios de desenvolvimento sustentável de relevância no contexto comercial e de investimento.

O capítulo de desenvolvimento sustentável talvez seja o mais desafiador, em vista da atual política de meio ambiente e mudança

de clima do governo brasileiro pelas dificuldades políticas que poderão apresentar para a aprovação do acordo por parte de alguns parlamentos europeus. O mundo mudou e as preocupações com o meio ambiente, a mudança do clima e a preservação das florestas entraram definitivamente na agenda global. No caso do Brasil, diferente da situação criada na década de 1970 pela repercussão externa em consequência da destruição da Amazônia e do desrespeito aos direitos humanos, a percepção externa negativa é agravada por dois fatores novos: a influência do consumidor e da política ambiental nas negociações de acordos comerciais.

A política ambiental transformou-se em um instrumento de política comercial por parte de muitos países, em especial na União Europeia. A necessidade de se estruturar uma governança ambiental no nível internacional tem transformado a questão do meio ambiente em uma das mais relevantes da agenda multilateral. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, houve uma proliferação de acordos de gestão de recursos naturais entre países: hoje, o meio ambiente já é a segunda área com maior número de acordos internacionais no mundo (atrás apenas de comércio internacional).

A falta de informação interna dos compromissos internacionais assumidos pelos diferentes governos brasileiros nas últimas décadas e a crescentemente negativa percepção externa sobre as políticas ambientais do atual governo (como evidenciado por matérias de capa de The Economist e por editoriais do Financial Times), criam uma incerteza adicional para o setor produtivo, em especial do agronegócio. Apesar dos esforços privados na conservação do meio ambiente, como a moratória da soja, compromisso de 2006 até os dias de hoje, em que

a indústria se compromete voluntariamente a não comprar soja de áreas desflorestadas do bioma Amazônia, em vigor desde 2008, discute-se a possibilidade de pôr fim a esse compromisso por medidas governamentais.

Os compromissos assumidos pelos países-membros no tocante ao desenvolvimento sustentável estão incluídos em 18 artigos que cobrem acordos relacionados a comércio e meio ambiente, comércio e biodiversidade, comércio e preservação de florestas, além de regras da Organização Internacional do Trabalho, inclusive a Resolução 169, que trata a exploração de terras indígenas. São mencionados explicitamente os principais acordos internacionais como os derivados da Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, Conferência Quadro da ONU sobre mudança do clima, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção da ONU de combate à desertificação, Acordo de Paris de 2015, regras da OMC e Resoluções de organismos internacionais. O descumprimento dos dispositivos dos acordos poderá acarretar boicotes e mesmo a restrição de importação de produtos agrícola nacionais.

Aproximação maior com os países asiáticos

Além disso, foi aprovado o princípio da precaução, por insistência da UE, pela qual, por descumprimento de acordos de meio ambiente, energia ou trabalho forçado, poderia ser barrada a importação de determinado produto. Os negociadores do Mercosul, contudo, conseguiram manter esse princípio fora das regras de solução de controvérsias comerciais e também modificaram o caráter unilateral da medida, passando o ônus da

prova para o lado europeu e abrindo espaço para negociações políticas entre as duas partes.

Diante da importância desse tema, o Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) começou a desenvolver uma agenda de Diplomacia Ambiental para fazer um levantamento dos compromissos assumidos pelo Brasil desde 1992 e do grau de cumprimento destes. A identificação desses compromissos e de seu cumprimento será importante para as empresas brasileiras que já estão enfrentando ameaças de boicote. As mudanças na orientação política em Brasília poderão afetar essa agenda. Poderá haver impactos para o Brasil e para a competitividade das empresas brasileiras, que podem ser penalizadas pelas regras da OMC e dos acordos comerciais, a começar pelo Mercosul-UE.

Com visão de futuro e cumprida a agenda doméstica de recuperação da competitividade, ademais da conclusão dos acordos em negociação, o próximo passo nos entendimentos comerciais poderia ser uma aproximação maior não com os EUA, de difícil concretização pelas atuais políticas de Donald Trump, mas com os países da Ásia, o polo dinâmico do comércio internacional. Seria importante sinalizar aos países membros da Parceria Transpacífica (CCTPP) uma intenção nossa e do Mercosul em juntar-se ao grupo de 11 países que atualmente inclui Japão, sete países asiáticos, mais México, Chile e Peru.

O acordo Mercosul-UE pode ser o elemento catalizador de todo um programa interno e de negociação externa que permitirá a expansão do comércio exterior brasileiro e ajudará para o alcance do objetivo de maior crescimento da economia nos próximos anos.

36 interesse nacional – Janeiro – março de 2020

América do Sul, Venezuela e o Day After Maduro

JOSÉ BOTAFOGO GONCALVES ARIANE COSTA

o contrário do que previa Fukuyama, a história no início do século XXI não só não parou como disparou. Os Estados Unidos da América reveem unilateralmente seu papel de líder democrático e intervencionista em escala mundial, tanto do ponto de vista político--militar como do ponto de vista comercial. A Europa Ocidental fragmenta-se dramaticamente não só através do Brexit, mas também pela crescente desconfiança de suas nacionalidades periféricas - Polônia, Hungria, Espanha e Grécia – de que a delegação de poderes regulatórios à burocracia de Bruxelas gere mais custos do que benefícios às suas ambições nacionais. O crescimento demográfico negativo europeu associado ao fluxo migratório de população dos orientes mediterrâneo e norte-africano acrescentam fatores de fricção local de gravidade crescente, com o avanço de forças políticas conservadoras. A Rússia vê nes-

sa turbulência mundial uma oportunidade rara de reconstruir seu papel histórico de potência na Europa e no Oriente Asiático. A China se reafirma como o novo polo de poder mundial através de um protagonismo político-comercial que se espalha gradualmente pelos vizinhos asiáticos, chegando com vigor na África e na América do Sul.

Não é razoável supor que a América Latina, em geral, e a América do Sul, em particular, permaneçam imunes a tantas oscilações político-comerciais de caráter transcontinental. Neste cenário, o objetivo deste pequeno preâmbulo histórico é o de desconstruir a narrativa de que a América Latina passa por um período de instabilidade política característica de sociedades atrasadas culturalmente e não adaptáveis a regimes políticos democráticos.

Tomando alguns casos como exemplo: o México e o Caribe progrediram econômica e socialmente nos últimos 50 anos. Ambos beneficiaram-se do crescimento da economia norte-americana e europeia. Cuba e Nicarágua fracassaram no seu propósito de conciliar comunismo com prosperidade econômica e paz política. Na vertente Pacífica da América do Sul, Chile, Peru, Colômbia e Equador passaram por graves crises institucionais, mas chegaram ao século

José Botafogo Gonçalves, diplomata, é vice-presidente emérito do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo (1998). Embaixador do Brasil na Argentina (2002-2004)

ARIANE COSTA é mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Negócios Internacionais pelo Iesp e coordenadora de Projetos da Fundação Konrad Adenauer.

XXI em condições políticas muito melhores do que há 50 anos. Do lado do Atlântico, a América do Sul se beneficia do "boom das commodities" do início do século, mas, infelizmente, não soube gerir suas instituições de modo a garantir a sustentabilidade de seus programas de crescimento econômico. No Brasil, as instituições democráticas vêm prosperando desde 1985, a despeito da crise de questionamento das instituições tradicionais do modelo democrático-representativo desde as jornadas de junho de 2013, agravadas pela recessão em 2015.

A Argentina não conseguiu retomar seu crescimento econômico: o governo Mauricio Macri não foi bem-sucedido e Alberto Fernández ameaça adotar políticas peronistas populistas e fiscalmente insustentáveis. No âmbito político, no entanto, é importante destacar que a transição de poder de Macri a Fernández ocorre de maneira exemplarmente ordenada e democrática.

Em resumo, a América do Sul, seja pelo critério geográfico, populacional, econômico ou político está melhor do que estava há 50 anos. Examinemos, por fim, dois países da América do Sul, que hoje estão mergulhados em graves crises institucionais, Bolívia e Venezuela. O caso da Bolívia é muito didático. Evo Morales deu ao país 13 anos de estabilidade política, feito extraordinário num país que sempre foi o campeão regional de turbulências institucionais. Do ponto de vista econômico, foi bem-sucedido na medida em que se afastava das políticas macroeconômicas heterodoxas e respeitava, embora com restrições, as exigências do mercado e dos empreendedores privados. No entanto, Evo Morales sucumbiu à tentação continuista e fracassou na fraude eleitoral que orientou as eleições de 2019. A transição política é hoje uma incógnita, mas

claramente distingue-se das quarteladas que historicamente contaminaram a história política da Bolívia e de seus vizinhos.

Finalmente, chegamos à Venezuela. O que ocorrerá após a queda de Nicolás Maduro? Mesmo sem bola de cristal é possível afirmar que o *day after* do país vai depender, principalmente, de três variáveis, a saber: i) o papel do petróleo na economia do país; ii) a relação com os Estados Unidos da América; e iii) a decisão de se desvincular gradualmente de suas conflitivas opções ideológicas e orientar suas forças econômicas, comerciais e políticas com o Mercosul, do lado do Atlântico, e com a Aliança do Pacífico, do lado do Pacífico.

Venezuela, fundadora importante da Opep

ara responder à primeira variável, é necessário voltar à importante década de 1960, na qual a Venezuela já demonstrava alta dependência econômica das exportações de petróleo e, sob a presidência de Rômulo Betancourt, funda junto com Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Apesar de, na literatura, não se dar o devido papel protagonista à Venezuela, esse país foi responsável pelo primeiro passo de idealização da Opep décadas antes da criação da organização na Conferência de Bagdá em 1960. Ainda em 1949, sob a presidência do militar venezuelano Carlos Delgado, a Venezuela já iniciava diálogo com esses mesmos quatro países com o objetivo de compartilhar perspectivas e conhecimentos sobre a produção de petróleo. No entanto, com o fracasso da iniciativa, o preço internacional da commodity seguiu declinando. Décadas a seguir, em 1961, é aprovado na cidade de Caracas o estatuto da Opep, com o fim de delimitar a identidade e os principais objetivos da organização. Dotada de caráter intergovernamental e permanente, desenhava-se um oligopólio árabe-venezuelano para controlar as flutuações do preço internacional da *commodity*.

Em 1974, o preço do barril do petróleo triplica e, sob a presidência de Andrés Pérez (1974-1979), o setor de petróleo é nacionalizado na Venezuela e a ação diplomática do país torna-se ainda mais ativa, iniciando uma euforia petroleira até 1984. Para Celso Furtado (1974), "nos próximos dois decênios a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento". Sentiu-se dona da imensidão do petróleo, provocando um frenesi nacional baseado em uma visão limitada de desenvolvimento. O aumento repentino da rentabilidade do setor petroleiro venezuelano decorrente da alta do preço da commodity resultava em aumento do emprego e da renda da mão de obra do setor mais competitivo da economia do país, com pico de produtividade e aumento do salário real em 1978. Como consequência, a própria arrecadação do Estado aumentou, possibilitando o investimento em políticas públicas a partir do excedente de divisas. No entanto, o aumento do grau de especialização da pauta de exportação venezuelana agravou ainda mais a falta de dinamismo econômico.

O chamado crescimento sem desenvolvimento traduziu-se em uma década de 1980 de declínio econômico, endividamento externo, deterioração da condição de vida da população e aumento da pobreza. A concentração excessiva da economia em apenas um produto, negligenciando o setor industrial, resultou, no longo prazo, em alta dependência da volatilidade do preço internacional da

commodity. A doença holandesa mostrou na prática venezuelana o perigo da abundância do recurso natural com altas vantagens comparativas, não acompanhado de uma gestão eficiente com investimento na dinamização de outros setores da economia.

Na década 1990, por sua vez, com base no ressentimento das políticas liberalizantes propagadas por Washington, a presidência de Rafael Caldera (1994-1999) lançou um giro diplomático que promove o afastamento dos Estados Unidos e a aproximação ao Mercosul, especialmente ao Brasil. O estreitamento de laços encontra reciprocidade na retórica e na prática: é inaugurada a rodovia BR-174 que liga Manaus a Pacaraima; instala-se uma Comissão Binacional de Alto Nível formada pelos chanceleres dos dois países, abrindo espaço de diálogo bilateral sobre diversos temas; assina-se o Protocolo de la Guzmania entre Caldera e Itamar Franco, que se compromete com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e com justiça social; e inicia-se a integração energética com o Norte do Brasil (Roraima, Amazonas e Amapá); aumenta-se progressivamente o intercâmbio comercial de bens e serviços até o Brasil alcançar a marca de segundo maior parceiro comercial da Venezuela em 2007. Por último, e como gesto de importância da Venezuela para a chancelaria brasileira, liderada à época por Celso Amorim (1993-1995), o presidente Caldera discursa na Assembleia Geral das Nações Unidas apoiando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para o Brasil.

No âmbito do regionalismo, desde o início do mandato de Caldera, a Venezuela demonstrou interesse em fazer parte do Mercosul, além de apoiar enfaticamente a iniciativa brasileira da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa). Nesse cenário, as agendas de política externa de Brasil e Venezuela convergiam na perspetiva Sul-Sul de incremento da integração sul--americana fazendo frente ao Nafta.

A segunda variável, não menos importante, sobre a relação com os Estados Unidos, é marcada, historicamente, ora pelo alinhamento carnal (roubando aqui propositalmente o conceito argentino), ora pela distância ideológica da narrativa anti-imperialista. Na América do Sul, a Venezuela caracteriza-se como o "centro irradiador da independência colonial" (VIZENTINI, 1996). Com uma economia essencialmente primário-exportadora e uma história política dotada de forte presença militar, o século XX venezuelano é caracterizado por instabilidade e disputa de poder interno entre militares e a elite agrária. As ditaduras militares na Venezuela – no plural, pois foram diversas – tinham como costume o vínculo estreito com os EUA. Os curtos períodos de democracia populista, pintados com o verniz nacionalista, eram ora antiamericanos, ora estreitamente alinhados a Washington. No plano econômico, reina a forte ligação com os Estados Unidos - mercado tradicional da principal commodity venezuelana - mesmo em fases de projeto nacional-desenvolvimentista doméstico e de diplomacia autônoma. Dessa forma, a administração de Caracas oscilava entre um nacionalismo democrático antiamericano e um nacionalismo militarista com ditaduras pró-Washington.

Como terceira e última variável, a cooperação Brasil-Venezuela é, sobretudo, complementar. São muitos os benefícios da integração: negociação coletiva em organismos multilaterais, redução da dependên-

cia aos Estados Unidos e China, integração energética, cooperação amazônica, etc. Especificamente, retomar os planos originais de transformar a Venezuela em ofertante de energia elétrica para todo o Norte do Brasil, não apenas de Roraima, é um horizonte especialmente importante no exercício de pensar o day after Maduro. Manaus é o principal polo de consumo de energia do Norte do Brasil e é muito mais próxima e melhor conectada com Caracas do que com outras grandes cidades brasileiras. É mais econômico para a classe média manauara passar férias nas ilhas do Caribe venezuelano do que na costa atlântica brasileira.

Venezuela necessitará de grande ajuda externa

No entanto, a Venezuela pós-Maduro necessitará de ajuda externa em grandes proporções. Atualmente, sua população encontra-se dividida em diferentes países: Colômbia, Argentina, Chile, Brasil, Espanha, Estados Unidos, dentre outros. Certamente, um problema psicossocial que marcará as próximas gerações de cidadãos venezuelanos. No âmbito econômico, hiperinflação, perda de divisas, a maior taxa de desemprego da história, pobreza extrema e racionamento de bens básicos são marcas que necessitarão de apoio estrangeiro e o retorno da sua mão de obra qualificada para uma recuperação que, ainda assim, tardará décadas. Resta-nos torcer para que, com uma boa gestão, a agenda econômica leve o país a praticar política interna e externa aliada aos benefícios potenciais de inserção do país nas cadeias de valor sul-americanas, seja via industrial, seja no campo agrícola, como também no setor de serviços.



A RÁDIO ONLINE MAIS OUVIDA DO BRASIL

ANTENA 1.COM.BR

DEZ ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.